

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

São Paulo, 01 de junho de 2026.

Ao Banco Central do Brasil – BACEN.

Assunto: Carta de apresentação da administração da REAG IP S.A – Instituição de Pagamento, referente às demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2025.

Prezados,

Em relação ao exame das demonstrações financeiras da REAG IP S.A – Instituição de Pagamento, relativo a 31 de dezembro de 2025, fornecemos esta carta de apresentação, cujo objetivo é apresentar a relação de documentos abaixo:

- Relatório da Administração;
- Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras;
- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado;
- Demonstração do resultado abrangente;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto);
- Notas explicativas às demonstrações financeiras;

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da REAG IP S.A – Instituição de Pagamento declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras apresentadas relativas a 31 de dezembro de 2025.

MARCOS ANTONIO DA
COSTA
BAPTISTA:01666021750

Assinado de forma digital por
MARCOS ANTONIO DA COSTA
BAPTISTA:01666021750
Dados: 2026.06.01 12:35:12 -03'00'

Marcos Antônio da Costa Baptista

**REAG IP S.A. – Instituição de
Pagamento**

Demonstrações financeiras acompanhadas
do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2025

REAG IP S.A. - Instituição de Pagamento

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Relatório da Administração	5
Demonstrações financeiras	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	14

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:
Acionistas e Administradores da
REAG IP S.A. – Instituição de Pagamento
São Paulo - SP

Abstenção de Opinião sobre as demonstrações financeiras

Fomos contratados para auditar as demonstrações financeiras da **REAG IP S.A. - Instituição De Pagamento** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da **REAG IP S.A. - Instituição De Pagamento**, em razão da relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras

1- Insuficiência de Evidência Apropriada sobre Recuperabilidade de Ativos Financeiros

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, a Companhia mantém saldo registrado na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$124.414, composto integralmente por cotas do fundo FIM CP REAG IP CASH. Entre os ativos subjacentes a esse fundo, destacam-se: (i) cotas de investimento no FIP Termópilas SR, no montante de R\$48.906, cuja auditoria independente não havia sido concluída até a data-base destas demonstrações financeiras; e (ii) direitos creditórios oriundos de notas comerciais emitidas por contraparte, no montante de R\$65.000, sobre qual, em 5 de maio de 2026, o Banco Central do Brasil encaminhou ofício à administração da Companhia determinando a constituição de provisão para perdas associadas a tal ativo, sob o entendimento de que o contrato de cessão do direito creditório configura reestruturação da obrigação original, com concessão de prazo adicional e alteração nas condições de pagamento, caracterizando-o, nos termos da Resolução BCB nº 352/2023, como ativo problemático. A administração da Companhia, contudo, optou por não constituir a referida provisão, com base no entendimento de que o crédito é integralmente recuperável, fundamentando-se na expectativa de êxito na execução de garantias vinculadas à operação. Sobre os dois assuntos, até a data de conclusão de nossos trabalhos, não nos foram disponibilizadas evidências de auditoria apropriadas e suficientes que suportem tal expectativa de realização. Consequentemente, não foi possível determinar se seria necessária a constituição de provisão para perdas, nem mensurar eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras.

2- Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia seguirá com o pedido de cancelamento de autorização das atividades reguladas. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Dessa forma, não foi possível concluir se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, é apropriada, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos dos ativos, passivos e nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa caso essas demonstrações financeiras não fossem preparadas considerando esse pressuposto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

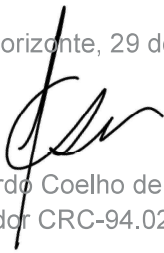
Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2026.



Leonardo Coelho de Almeida Mendes
Contador CRC-94.028/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

**RSM**

Comentários de Desempenho

Srs. Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras da REAG IP S.A – Instituição de Pagamento relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O exercício de 2025 foi marcado por movimentos relevantes nos mercados financeiros globais e domésticos e por uma intensa agenda regulatória aplicável ao setor de meios de pagamento no Brasil. Nesse contexto, a Companhia consolidou o reforço de sua estrutura patrimonial e operacional, materializado pelo aumento de capital aprovado pelo Banco Central do Brasil no início do ano, pela liquidação integral das obrigações remanescentes do ciclo anterior e pela constituição da nova carteira de investimentos, alinhada ao redirecionamento estratégico do negócio.

A Administração reitera seu foco em resultados sustentáveis de longo prazo, na disciplina operacional, na permanente busca por eficiência e, especialmente, na contínua evolução das práticas de governança corporativa, controles internos e gerenciamento de riscos. Diante dos movimentos observados nos mercados ao longo do ano, a Companhia tem intensificado seus esforços de aprimoramento dessas estruturas, em linha com as melhores práticas de mercado e com o que estabelecem os normativos vigentes, reforçando seu compromisso com a transparência, a integridade e a solidez institucional.

Panorama Econômico

A nova guerra comercial deflagrada pelo governo de Donald Trump permaneceu como tema central do cenário econômico global ao longo de 2025, com sucessivos episódios de tensão e distensão tarifária ditando o humor dos mercados internacionais.

Após o pico de incerteza observado no primeiro semestre, com fortes elevações das alíquotas de importação sobre os parceiros comerciais norte-americanos, o segundo semestre foi marcado pela consolidação de acordos comerciais com diversos parceiros relevantes – entre os quais Reino Unido, União Europeia, Japão, Coreia do Sul e Índia –, viabilizando reduções das alíquotas inicialmente anunciadas e abrindo espaço para forte recuperação dos ativos globais, em particular dos mercados acionários.

Os principais índices acionários norte-americanos, com destaque para o S&P 500 e o Nasdaq, renovaram máximas históricas no decorrer do segundo semestre, sustentados também pela maturação dos investimentos em inteligência artificial e pela robustez dos lucros corporativos do setor de tecnologia. O dólar, que apresentou no primeiro semestre o pior desempenho em décadas, com perdas superiores a 10% frente a moedas de países desenvolvidos, encontrou no segundo semestre certo grau de estabilização.

A economia global manteve, ao longo de todo o ano, notável resiliência. O Fundo Monetário Internacional (FMI) sustentou a projeção de crescimento mundial em 3,0% para 2025 – pequena desaceleração em relação ao ritmo de 3,3% observado em 2024 – e projeta recuperação gradual em 2026, com o crescimento global alcançando 3,1%.

Nos Estados Unidos, à medida em que se confirmou o caráter transitório dos efeitos das tarifas sobre os preços ao consumidor, o Federal Reserve (Fed) consolidou no segundo semestre o ciclo de corte dos juros, com reduções sucessivas da taxa básica. O alívio monetário deverá permitir a estabilização do crescimento norte-americano ao redor de 2,0% em 2026.

Na China, o segundo semestre confirmou cenário de recuperação gradual, apoiada por estímulos fiscais e monetários, ainda que persistam desafios no setor imobiliário e pressões deflacionárias. As tensões geopolíticas no Oriente Médio e o prolongamento do conflito entre Rússia e Ucrânia permaneceram como fontes de risco no horizonte global, com reflexos sobre os preços de commodities energéticas e cadeias de suprimento.

O Brasil foi severamente atingido pelo tarifaço, com a alíquota imposta ao país elevada para 50%. Entretanto, diante da baixa participação das exportações aos EUA na pauta comercial brasileira (ao redor de 2% do PIB), os efeitos sobre a economia doméstica se mostraram limitados ao longo do ano.

Em 2025, a economia brasileira preservou a dinâmica de crescimento robusto observada nos últimos anos, ainda que com sinais de desaceleração gradual no segundo semestre, em função das elevadas taxas de juros e do menor ritmo de expansão global. Comparativamente a 2024, o PIB do primeiro trimestre cresceu 2,9%, com destaque para o setor agropecuário e o consumo das famílias. O ano deverá encerrar com crescimento ainda moderado, ao redor de 2,5%, com nova desaceleração prevista para 2026, para patamar próximo de 2,0%.

O mercado de trabalho permaneceu resiliente. Em junho, a taxa de desemprego atingiu 5,8%, o menor patamar histórico para o mês. Os indicadores do segundo semestre confirmaram a manutenção do cenário benigno, com a taxa de desocupação preservando níveis historicamente baixos e os rendimentos reais sustentando o consumo das famílias.

Após ter atingido em março o patamar de 5,5% no acumulado em doze meses, a inflação ao consumidor, medida pelo IPCA, apresentou recuo ao longo dos meses seguintes, beneficiada pelo comportamento mais benigno dos preços dos alimentos e pela valorização do real frente ao dólar. Para o fechamento de 2025, a variação do IPCA deverá situar-se ao redor de 5,0%, com nova desaceleração para 4,5% em 2026.

À luz do crescimento econômico mais moderado e do recuo da inflação, o Banco Central retomou o processo de afrouxamento monetário no segundo semestre, conduzindo a taxa Selic para 14,5% ao final de 2025. Para 2026, projeta-se a continuidade da trajetória de redução, com a taxa básica de juros alcançando 12,0% ao final do exercício.

No campo fiscal, o ano transcorreu sob atenção do mercado quanto à trajetória da dívida pública e ao cumprimento dos parâmetros do arcabouço fiscal, tema que deverá seguir como agenda relevante em 2026, em ano de ciclo eleitoral. O ambiente regulatório para o setor financeiro avançou com a implementação completa, a partir de 1º de janeiro de 2025, das novas regras prudenciais aplicáveis a conglomerados financeiros liderados por instituições de pagamento, fortalecendo o arcabouço normativo aplicável ao setor.

Destaques do Resultado das Demonstrações Financeiras

Prejuízo do Exercício

R\$ 196.464 mil

↓ -305,8% 31/12/2024 vs. 31/12/2025

EBITDA

R\$ -39.638 mil

↓ -167,2% 31/12/2024 vs. 31/12/2025

Receita de Intermediação Financeira

R\$ 10.220 mil

↓ -95,2% 31/12/2024 vs. 31/12/2025

O exercício de 2025 consolidou um ciclo de transformação patrimonial relevante para a Companhia. No primeiro semestre, a REAG IP apurou lucro líquido de R\$ 9.922 mil, ao passo que o exercício consolidado encerrou com prejuízo de R\$ 196.464 mil. O resultado negativo do segundo semestre reflete, em grande parte, eventos de natureza não recorrente — entre os quais (i) a baixa do ativo fiscal diferido, no montante de R\$ 161mil, em razão da reavaliação de sua expectativa de realização frente ao novo modelo de negócios da Companhia; (ii) a constituição de provisões adicionais para fazer frente a contingências identificadas no processo de revisão dos saldos contábeis e regulatórios; e (iii) despesas administrativas e custos de transição vinculados a serviços de terceiros e atualizações monetárias do período. Tais ajustes têm caráter pontual e não recorrente, não comprometendo a trajetória de longo prazo da Companhia.

A Receita de Intermediação Financeira totalizou R\$ 10.220 mil no exercício de 2025, originada da nova carteira de Títulos e Valores Mobiliários e das aplicações interfinanceiras de liquidez, refletindo o redirecionamento estratégico das atividades operacionais da Companhia. O Patrimônio Líquido encerrou o exercício em R\$ 229.135 mil, ainda assim significativamente reforçado em relação ao patamar de R\$ 25.599 mil registrado ao final de 2024, sustentado pelo aumento de capital de R\$ 400.000 mil aprovado e homologado pelo Banco Central do Brasil, mantendo a Companhia em posição patrimonial robusta para a absorção de riscos e o suporte ao desenvolvimento das operações nos próximos exercícios.

Diante dos movimentos observados nos mercados financeiros ao longo do ano, a Administração tem intensificado seus esforços de aprimoramento das estruturas de governança corporativa, controles internos, compliance e gerenciamento integrado de riscos, com revisões periódicas das políticas internas e dos processos operacionais. A Companhia mantém seu foco em resultados sustentáveis de longo prazo, na disciplina operacional e na permanente evolução de suas práticas de governança.

As operações realizadas no período estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos para a instituição, sendo que os resultados apurados estão de acordo com as projeções de negócios. A estrutura organizacional e operacional implementada é compatível com aquela estabelecida no plano de negócios e adequada à natureza e à complexidade dos produtos, serviços e atividades da Companhia.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.902	51.477	Outras obrigações	9	-	359.100
Instrumentos financeiros				Obrigações tributárias		-	78
Impostos a recuperar	7	19.658	17.019	Imposto de renda e contribuição social a recolher	10	7.943	-
Outros créditos	8	9.611	96.667				
Total ativo circulante		31.171	165.163	Total do passivo circulante		7.943	359.178
Títulos e Valores Mobiliários				Patrimônio Líquido	12		
Depósitos judiciais	6	140.929	-	Capital Social		886.452	486.452
		58	-	Reserva legal		13.827	13.827
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	24.448	13.741	Prejuízos Acumulados		(671.144)	(474.680)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	40.472	205.872				
Total ativo não circulante		205.907	219.613	Total do Patrimônio Líquido		229.135	25.599
Total do Ativo		237.078	384.777	Total do Passivo		237.078	384.777

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 dezembro 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

		2º semestre 2025	2025	2024
	Nota			
Receitas de Intermediação Financeira	14	10.220	24.686	212.439
Despesas de Intermediação financeira	15	-	-	(63.503)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		-	-	(15.351)
Resultado de Intermediação Financeira		10.220	24.686	133.585
Outras Receitas / (Despesas)				
Receita de prestação de serviços	14	-	35.000	270.858
Despesas administrativas	15	(53.321)	(87.605)	(203.946)
Despesas de pessoal	15	-	-	(63.753)
Outras receitas e despesas	15	3.463	4.154	(68.839)
Resultado de participações em coligadas e controladas		-	-	42.596
Resultado antes dos impostos		(39.638)	(23.765)	110.501
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b	(163.418)	(164.756)	(8.640)
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.a	(3.330)	(7.943)	(1.516)
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre / exercício		(206.386)	(196.464)	100.345

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 dezembro 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

	<u>2025</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	<u>2º Semestre</u>		
Lucro líquido / (Prejuízo) do semestre / exercício	(206.386)	(196.464)	100.345
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do semestre / exercício	(206.386)	(196.464)	100.345

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	486.452	13.827	3.758	(575.025)	(70.988)
Lucro do exercício	-	-	-	100.345	100.345
Pagamento baseado em ações	-	-	(3.758)	-	(3.758)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	486.452	13.827	-	(474.680)	25.599
Prejuízo do exercício	-	-	-	(196.464)	(196.464)
Aumento de capital	400.000	-	-	-	400.000
Saldo em 31 de dezembro de 2025	886.452	13.827	-	(671.144)	229.135
Saldo em 1º de junho de 2025	886.452	13.827	-	(464.758)	435.521
Prejuízo do semestre	-	-	-	(206.386)	(206.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	886.452	13.827	-	(671.144)	229.135

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

		2ºSem2025	2025	2024
Lucro Líquido (Prejuízo) do semestre / exercício	Nota	(206.386)	(196.464)	100.345
Ajustes ao Lucro Líquido/ (Prejuízo)				
Depreciação e amortização		-	-	8.635
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		-	-	15.351
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	163.418	165.400	8.639
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	3.330	7.943	(764)
Contingências		-	-	(29.757)
Compensação de imposto de renda retido no período		-	(1.589)	-
Rateio de despesas do período		-	-	(42.597)
		(39.638)	(24.710)	59.853
Variação em ativos e passivos				
Títulos e Valores Mobiliários		(140.929)	(318.064)	721.921
Relações Interfinanceiras		-	-	25.080
Operações de crédito		-	-	4.647.988
Outros créditos		87.057	183.725	262.864
Impostos a recuperar		(2.639)	(3.385)	(17.019)
Depósitos judiciais		(58)	(101)	(13.741)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(10.707)	(11.756)	(55.793)
Depósitos		-	-	(1.105.962)
Outras Obrigações		40.900	(320.100)	(4.764.313)
Obrigações tributárias		16.438	17.034	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(2.462)	(8.796)
Fluxo de caixa (aplicado) / gerado nas atividades operacionais		(49.575)	(479.819)	(247.920)
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Baixa de investimentos		-	-	280.600
Aquisição de ativo imobilizado		-	-	(212)
Aquisição de ativo intangível		-	-	(66.140)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento		-	-	214.249
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aporte aumento de capital		-	400.000	-
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		-	400.000	-
Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		51.477	102.954	85.148
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		1.902	23.135	51.477
Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		(49.575)	(79.819)	(33.671)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1. Contexto operacional

A REAG IP S.A. - Instituição de Pagamento ("Reag IP" e/ou "Companhia"), conforme cadastro no Banco Central do Brasil, está constituída na forma de sociedade anônima fechada, domiciliada no Brasil, com sede a Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2365, 15º andar, Edifício Barão de Iguatemi, São Paulo – SP.

A Companhia tem como objetivo fornecer soluções de pagamento através da emissão e administração de cartões de crédito internacionais com a bandeira Mastercard, e emissão de moeda eletrônica através do serviço de conta de pagamento 100% digital, sem tarifas e com remuneração de 100% da taxa DI, além de outros serviços de pagamento complementares como transferências, pagamentos de boletos, recarga de celular, PIX e saques através de caixas eletrônicos 24 horas.

1.1. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento nos prazos acordados.

No semestre findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 196.464 e apresentou utilização líquida de caixa nas atividades operacionais no montante de R\$ 449.575.

No mês de fevereiro de 2025, o saldo de outras obrigações registrado no passivo circulante foi integralmente liquidado junto ao credor Will Financeira S.A., principal saída de caixa no período.

Com base na análise dos fatores financeiros, operacionais e estratégicos disponíveis, a Administração conclui que não existem incertezas materiais que levantem dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

A Companhia elaborou um novo Plano de Negócios de acordo com o novo momento. Resumidamente a Companhia quer se aproveitar do momento atual do mercado brasileiro, que combina digitalização acelerada com espaço para inclusão financeira.

Nesta linha, a estratégia é desenvolver um ecossistema financeiro integrado que reúne conta digital, crédito, pagamentos, seguros e serviços em uma única plataforma promovendo inclusão financeira, com potencial de milhões de usuários via parcerias estratégicas.

Benefícios da Plataforma Integrada:

- Inclusão financeira: Acesso a serviços financeiros completos para populações das classes C, D e E.
- Democratização do crédito: via parceria estratégica com marketplace de crédito que conecta usuários a múltiplas instituições financeiras, ampliando a oferta e reduzindo o custo para o consumidor final.

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

- Competitividade: O modelo whitelabel facilita a entrada de novos participantes no mercado, promovendo maior concorrência.
- Escala e capilaridade: Base combinada de milhões de usuários via parcerias estratégicas, além da distribuição via CORBANS com app whitelabel.
- Jornada integrada: Conta digital, pagamentos (débito, crédito e Pix), crédito, contratação de serviços e seguros (parceria estratégica) em uma única plataforma, simplificando a experiência do usuário.

Entretanto, este novo Plano de Negócios sofrerá nova modificação pois a administração da Companhia optou por seguir com o pedido de cancelamento de autorização das atividades reguladas.

2. Apresentação das Demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com o estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A apresentação das contas do Balanço Patrimonial está por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 29 de maio de 2026.

2.2. Pronunciamentos contábeis

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN são:

Resolução CMN nº 4.818/20/08

- Elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras;
- Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03(R2));
- Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05(R1));
- Eventos Subsequentes (CPC 24);
- Resultado por Ação (CPC 41 (R1));

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Resolução CMN nº 3.989/11

- Pagamentos Baseados em Ações (CPC 10(R1))

Resolução CMN nº 3.823/09

- Provisões passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25)

Resolução CMN nº 4.534/16

- Ativo Intangível (CPC 04 (R1))

Resolução CMN nº 4.535/16

- Ativo Imobilizado (CPC 27 (R1))

Resolução CMN nº 4.877/20

- Benefícios a empregados (CPC 33 (R1))

Resolução CMN nº 4.967/21

- Propriedade para investimento (CPC 28)

Resolução CMN nº 4.924/21

- Mensuração do Valor Justo (CPC 46);
- Receita de Contrato com Cliente (CPC 47);
- Estrutura conceitual relatório contábil/ financeiro (CPC 00 (R2));
- Redução do valor recuperável de ativos (CPC 01(R1)); e
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23).

Não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC. A Administração aguardará as deliberações do CMN sobre as normas, orientações e interpretações ainda não aprovadas, para ajustar as demonstrações financeiras da Companhia, dentro do que for aplicável.

2.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo BACEN aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966/21

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Resolução BCB nº 352/23

Estabelece diretrizes contábeis para instituições como corretoras, distribuidoras, administradoras de consórcio e instituições de pagamento autorizadas pelo Banco Central. Os principais aspectos da norma estão relacionados à classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, da constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, da contabilidade de hedge, e da divulgação de informações em notas explicativas. A norma também define critérios para avaliar se os fluxos de caixa de ativos financeiros representam apenas pagamento de principal e juros (SPPI) e orienta sobre a aplicação da taxa de juros efetiva.

O efeito dos ajustes decorrentes da aplicação inicial desta resolução será registrado em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos tributos.

Resolução BCB nº 178/22

Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas, na condição de arrendatária, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. Vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

Resoluções BCB nº 197/22, 198/22, 199/22, 200/22, 201/22 e 202/22

Dispõe sobre novas regras prudenciais para conglomerados financeiros liderados por instituições de pagamento, harmonizando exigências regulatórias de capital já existentes para instituições financeiras. Aplicáveis a partir de janeiro de 2023 e implementação completa a partir de 1º de janeiro de 2025.

Resoluções BCB nº 92/2021, nº 255/2022, nº 320/2023

Dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil tendo a sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

2.4. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. Principais práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Companhia são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

a) Caixa e equivalentes de caixa

São considerados caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários, aplicações de interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

b) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN:

Negociação: Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

Disponíveis para venda: Títulos que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, sendo os rendimentos auferidos reconhecidos no resultado do período e não havendo atualização para o valor justo.

c) Valor justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo é considerado o preço que seria recebido por um ativo ou pago por um passivo em uma transação celebrada entre partes de uma transação no mercado. Existem três diferentes níveis de hierarquia de valor justo usados para classificação dos instrumentos financeiros, que são descritas abaixo:

Nível 1: quando a avaliação é baseada em preços cotados em mercados líquidos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: a avaliação é baseada em preços observáveis no mercado, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis que podem ser validados;

Nível 3: a avaliação é realizada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. Estas técnicas podem ser: metodologias de fluxo de caixa descontados, avaliação relativa ou outras técnicas semelhantes.

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

i. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido corrente se originam dos impostos a serem recolhidos ou recuperados no período.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido de 10% do adicional sob o excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil reais). A contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

ii. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos.

Os ativos diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os ativos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do período-base.

- (a) O reconhecimento contábil dos ativos diferidos é realizado com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração. Entretanto, por determinação do Banco Central do Brasil, a Companhia cessou o registro de créditos tributários a partir de dezembro de 2022. Esta condição deverá ser mantida até que a Reag IP passe a apresentar lucros tributáveis.

e) Outras obrigações

Outras obrigações circulantes e não circulantes são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, ajustado ao seu valor presente.

f) Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação da Companhia é realizado dividindo-se o lucro líquido ou prejuízo atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação no final do exercício aplicável.

g) Resultados recorrentes/não correntes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da Companhia, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado e do intangível, bem como a recuperabilidade desses ativos, realização de créditos tributários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e o valor justo dos instrumentos financeiros.

b) Estimativas e premissas

Com base em premissas razoáveis e fundamentadas, a Companhia realiza estimativas contábeis relacionadas a eventos futuros. Por definição, tais estimativas raramente coincidem exatamente com os resultados reais observados. No entanto, para o semestre findo em 30 de junho de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas estimativas ou premissas que apresentem risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos ou passivos no próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

i) Vida útil de ativos imobilizado e intangível

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado e intangível levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição.

ii) Provisões legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

iii) Perda para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo estas evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, e constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do semestre quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis a venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

iv) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados observáveis como, por exemplo, indicadores de liquidez, indicadores de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado pelos instrumentos financeiros.

v) Provisão para perdas de ativos financeiros

A provisão de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto leva-se em consideração os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

vi) Realização de tributos fiscais diferidos

A realização e a manutenção do registro contábil dos tributos fiscais diferidos, nos termos da Resolução BCB nº 15/20, dependem, dentre outros fatores, da expectativa da geração de lucros tributáveis futuros, baseados em estudo técnico que demonstre a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de 10 anos, atualizados semestralmente.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Conta corrente	7	-
Certificados de Depósito Bancário	1.894	51.477
	1.902	51.477

As aplicações financeiras são de alta liquidez, com taxa média de 100% do CDI, conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Títulos e valores mobiliários

	2025	2024
Fundo de investimento	124.414	-
Letras Financeiras Subordinadas	16.515	-
	140.929	-

a) Fundo de investimento

Refere-se a investimento no fundo FIM CP REAG IP CASH, que tem seu saldo representado por:

	2025	2024
Para negociação		
Renda Fixa	103	-
Cotas de fundos	59.015	-
Valores a receber (i)	65.000	-
Direito creditório (ii)	40.000	-
Exclusão do direito creditório (CPC 25) (ii)	(40.000)	-
Valores a pagar	(30)	-
Caixa	326	-
	124.414	-

(i) A Administração realizou estudo de recuperabilidade dos valores a receber, em conformidade com as Resoluções BCB 352/23 e Resolução CMN 4.966/21, bem como com as normas do COSIF, considerando, entre outros fatores, as características das operações, os prazos de vencimento e as expectativas de realização. Com base nessa avaliação, não foram identificados indícios de perda por não recuperabilidade, ou caracterização como ativo problemático, especialmente em relação a contrapartes que demonstram capacidade financeira de honrar suas obrigações independentemente da execução de garantias

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

(ii) A Administração da Instituição, de forma prudencial e em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil, constituiu provisão para perda sobre o saldo registrado em fundo de investimento, originalmente reconhecido como ativo contingente, com o objetivo de excluir os efeitos do valor correspondente, em observância ao disposto no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

b) Letra financeira

	2025	2024
Mantido até o vencimento		
Letras Financeiras Subordinadas	16.515	-
	16.515	-

A Letra Financeira Subordinada foi adquirida com vencimento em 2031, remunerada a taxa Pré-fixada de 15,9% a.a., classificada como ativo financeiro ao custo amortizado, com intenção de manter até o vencimento.

c) Resultado de Títulos e Valores Mobiliários

	2025	2024
Rendas de fundos de investimentos	16.876	29.757
Rendas de títulos de renda fixa	-	21.249
	16.876	51.006

7. Impostos a recuperar

	2025	2024
Imposto de renda retido na fonte	19.199	16.952
Outros impostos retidos (PIS, COFINS e CSLL)	459	67
Impostos a recuperar	19.658	17.019
Imposto de renda	17.229	10.317
Contribuição social	7.219	3.424
Imposto de renda e contribuição social a compensar	24.448	13.741

A expectativa da Companhia é de consumir os saldos de créditos tributários, nos próximos dez exercícios sociais.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

8. Outros Créditos

	2025	2024
Valores a receber de partes relacionadas (i)	20.623	-
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (i)	(11.013)	-
Valores a receber (ii)	-	96.667
	9.610	96.667

(i) Cessão da LFSC de emissão do Banco Finaxis - Conforme INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS celebrado entre REAG IP S.A - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO e REAG BCS HOLDING FINANCEIRA LTDA em 11 de setembro de 2025, a REAG IP cedeu a LFSC para a REAG BCS. Entretanto, conforme condição suspensiva prevista na cláusula 2.1 do referido Instrumento, a cessão em questão não produziu seu efeito dado o distrato entre as partes previstas na cláusula em questão. Desta forma, a LFSC deverá retornar para o ativo da REAG IP, ou caso haja algum evento de liquidez com a mesma, receber o valor da cessão registrado em seu ativo como valores a receber. Após a decretação da liquidação extrajudicial da CBSF DTVM, o referido valor a receber foi classificado como ativo problemático. Em decorrência disso, foi constituída provisão mínima para perdas de 53,4%, correspondente a R\$ 11.013 mil.

(ii) Valores a receber em decorrência da venda da totalidade das ações da Will Holding Financeira Ltda., conforme estabelecido no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado entre Banif - Banco Internacional do Funchal S.A. e Will S.A. Instituição de Pagamento, com a interveniência e anuência da própria Will Holding Financeira Ltda., em 2 de fevereiro de 2024, com prazo de conclusão estipulado em até 180 dias.

9. Outras obrigações

	2025	2024
Valores a repassar - Will Financeira	-	359.100
	-	359.100

Corresponde a operações de mútuo realizadas entre a Companhia e a Will Financeira, o saldo foi liquidado em fevereiro de 2025.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

10. Imposto de renda e contribuição social

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15%

a) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

	2025	2024
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos e participações	(23.765)	110.501
Alíquota vigente	40%	40%
Imposto de renda e Contribuição Social à alíquota vigente	(9.506)	(44.200)
Resultado com Equivalência Patrimonial	-	17.038
Adições/Exclusões Permanente	(22.202)	1.175
Créditos tributários não ativados / Reversão	(164.756)	15.807
Adicional IRPJ	-	24
Imposto de Renda e Contribuição Social	(196.464)	(10.156)
Impostos Correntes	(7.943)	(1.516)
Impostos Diferidos	(164.756)	(8.640)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(196.464)	(10.156)

b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	Resultado	2024	Resultado	2025
Provisão para contingências	1.347	(1.347)	-	-	-
Provisão para devedores duvidosos	4.819	(4.819)	-	-	-
Provisão para fornecedores	1.875	(1.875)	-	-	-
Outras provisões	-	-	-	-	-
Provisão para incentivo Mastercard	-	2.913	-	-	-
Marcação ao mercado - MTM	3	(3)	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	209.381	(3.508)	205.872	(165.400)	40.472
	217.425	(8.640)	205.872	(165.400)	40.472

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

- (a) Em conformidade com a determinação do Banco Central do Brasil, a Companhia cessou o registro de créditos tributários a partir de dezembro de 2022. Esta condição deverá ser mantida até que a Reag IP passe a apresentar lucros tributáveis.

Nos termos da Resolução BCB nº 15/20, a realização e a manutenção do registro contábil do ativo fiscal diferido dependem do atendimento aos prazos e requisitos definidos na norma, como a apresentação de histórico de lucros tributáveis e realização de valores em dois períodos consecutivos acima de 50% dos valores originalmente previstos, bem como a expectativa da geração de lucros tributáveis futuros, baseados em estudo técnico que demonstre a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de 10 anos. Entretanto, os requisitos mencionados deixam de ser aplicáveis quando há alteração do controle acionário, que é o caso da Companhia, conforme nota explicativa 1.

O estudo de realização dos créditos tributários elaborado pela administração para data-base de 31 de dezembro de 2025 projeta que a expectativa da Companhia é de consumir os saldos de créditos tributários, nos próximos dez exercícios sociais, no montante aproximado de R\$ 40 milhões, reforçado pelo consumo que ocorreu em 2025, de R\$ 3,4 milhões. Foi reconhecida uma perda (impairment) do valor restante que está contabilizado no ativo, no montante aproximado de R\$ 161 milhões.

O Banco Central do Brasil por meio do Ofício nº7212/2023-BCB/DESUC, determinou a vedação ao reconhecimento de novos valores de ativos fiscais diferidos a partir de dezembro de 2022, condição esta que deve ser respeitada até que a Companhia passe a apresentar lucros tributáveis.

11. Contingências

Em 31 de dezembro de 2025 não há saldo registrado a título de provisão para processos judiciais, tampouco ações classificadas com probabilidade de perda possível. Tal situação é em virtude da negociação de aquisição do controle da Companhia, na qual ficou estabelecido que a responsabilidade pelos processos judiciais anteriores à aquisição permaneceria sob a responsabilidade da Will Financeira.

12. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social é de R\$ 886.452 (2024 – R\$ 486.452), composto por 746.917 ações, sendo 371.715 em ações ordinárias e 375.203 em ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

As ações preferenciais não conferem direito a voto, exceto nas hipóteses previstas na Lei das Sociedades por Ações, mas terão preferência no reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Reservas

A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são destinados, após compensação com os prejuízos acumulados e antes de qualquer outra destinação, à constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

O lucro auferido pela Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2025 foi absorvido pelo saldo dos prejuízos acumulados, conforme disposto no artigo 189 da Lei 6.404/76.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 5% do resultado do período, após a dedução dos prejuízos acumulados. Os dividendos não reclamados no prazo de 5 (cinco) anos prescrevem em favor da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve destinação de lucros para pagamento de dividendos, tendo em vista o saldo de prejuízos acumulados.

Pagamento baseado em ações

Em decorrência da aquisição da Companhia pelo Grupo Reag, ocorrida no exercício de 2024, o saldo da reserva de incentivos vinculada ao plano de pagamento baseado em ações, no montante de R\$ 4.044, foi integralmente liquidado.

A liquidação ocorreu como parte das condições da operação de aquisição, refletindo a extinção dos compromissos assumidos com os beneficiários do referido plano. A partir de agosto de 2024, a nova administração optou por encerrar o plano de pagamento baseado em ações.

13. Partes relacionadas

	2025	2024
Remuneração da administração	-	(2.690)

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

14. Receitas

a) Receitas de Intermediação Financeira

	2º Sem 2025	2025	2024
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.570	7.810	19.629
Resultado de títulos e valores mobiliários	8.650	16.876	51.006
Receitas financeiras de operações de cartão de crédito	-	-	139.202
Rendas de Câmbio	-	-	2.602
	10.220	24.686	212.439

b) Receita de prestação de serviço

	2º Sem 2025	2025	2024
Taxa de utilização de cartão de crédito	-	-	264.177
Serviço de cobrança	-	-	4.600
Serviço de cooperação	-	35.000	-
Outros	-	-	2.081
Total	-	35.000	270.858

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

15. Despesas

a) Despesas por natureza

	2º Sem 2025	2025	2024
Salários e ordenados	-	-	(35.256)
Encargos sociais	-	-	(12.467)
Benefícios	-	-	(10.210)
Participações no lucro	-	-	(5.822)
Processamento de dados	-	-	(88.037)
Publicidade e propaganda	-	-	(21.248)
Emissão e envio de cartões	-	-	(26.314)
Serviços associados a transações de pagamento	-	-	(1.248)
Impostos e taxas	(1.094)	(4.011)	(27.047)
Serviços de terceiros	(94)	(31.243)	(25.249)
Depreciação e amortização	-	-	(8.635)
Contingências	-	-	764
Perdas com riscos operacionais	-	-	(2.694)
Desvalorização de cotas	(40.329)	(40.329)	-
Provisão para perdas operacionais	(11.013)	(11.013)	-
Outras receitas/despesas	(790)	(790)	(73.075)
Atualização monetária	3.462	4.153	-
	(49.858)	(83.451)	(336.538)
Despesas administrativas	(52.321)	(87.605)	(203.946)
Despesas de pessoal	-	-	(63.753)
Outras receitas e despesas	3.463	4.154	(68.839)
	(49.858)	(83.451)	(336.538)

b) Despesas de Intermediação Financeira

	2025	2025	2024
	2º Semestre		
Descontos concedidos	-	-	(133)
Despesa com tarifas	-	-	(63.370)
	-	-	(63.503)

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

16. Gerenciamento de Riscos

A atividade de riscos é regida por princípios alinhados com a estratégia e o modelo de negócio adotado pela Companhia, considerando as recomendações dos órgãos supervisores, reguladores e as melhores práticas do mercado. Todos os funcionários devem estar cientes de suas responsabilidades na identificação, gestão e reporte dos riscos, entendendo os riscos associados às suas atividades diárias.

O processo de governança de risco segue os princípios do modelo das três linhas de defesa, onde são atribuídas com clareza as responsabilidades de cada uma das linhas.

Gestores (1ª. Linha de Defesa): Representada pelos gestores das unidades de negócio e de suporte, os quais gerenciam e implementam as ações para monitoramento e mitigação dos riscos associados aos processos sob sua responsabilidade.

Riscos, Controles internos e Compliance (2ª. Linha de Defesa): Composto pelas equipes de Riscos, Controles Internos e Compliance, que são responsáveis pela definição e implementação dos métodos para identificação, avaliação e monitoramento da aderência dos processos aos níveis de exposição ao risco aceitos pelo Grupo Reag.

Auditoria interna e externa (3ª. Linha de Defesa): Provê a verificação e avaliação independente e periódica quanto à eficácia dos processos e procedimentos estabelecidos para controle e gerenciamento dos riscos, incluindo grau de exposição e adequação da estrutura do sistema de controles internos.

As políticas de gestão de riscos são analisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Riscos

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são descritos nos itens a seguir:

Risco Reputacional

O risco de reputacional está associado a possibilidade de danos à reputação por ocorrência de fatos ou notícias que venham repercutir de forma negativa junto a clientes, reguladores, mercado, parceiros e demais partes afetadas direta ou indiretamente pela Companhia. O risco reputacional abrange os riscos de qualidade, conduta, comunicação, relacionamento com terceiros e de integridade.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

A Companhia adota como diretriz para o seu processo decisório, prezar pela preservação da imagem, reputação e perenidade da Companhia.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das suas posições detidas, bem como das suas margens financeiras.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na incapacidade em honrar efetivamente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas. Assim como a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado ou descontinuidade no mercado.

O monitoramento do risco de liquidez está baseado no gerenciamento do fluxo de caixa projetado, no gerenciamento dos estoques de ativos de alta liquidez, e em simulações considerando cenários adversos.

Risco de Crédito

O risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador e à redução de ganhos ou remunerações. O risco de crédito também abrange o risco de concentração em operações com características semelhantes ou em contrapartes com risco de crédito compartilhado.

Risco Operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de perdas resultantes de eventos externos e internos. Esses podem ser decorrentes de falhas nas operações, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, produtos, serviços, ou conduta no relacionamento com clientes, fornecedores e colaboradores (demandas trabalhistas, segurança no local de trabalho), danos a ativos físicos próprios ou em uso e situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia. Assim como perdas associadas a descumprimento de dispositivos legais ou normas, deficiências na formalização de contratos firmados e instrumentos de garantia, multas e indenizações por danos a terceiros.

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

A metodologia utilizada para identificação dos riscos está relacionada as técnicas de autoavaliação RCSA (*Risk Control Self Assessment*) e análise de processos (fluxogramas e manuais de procedimentos). Estas técnicas são aplicadas periodicamente, visando identificar os eventos de risco, as causas potenciais e a avaliação do nível do risco (impactos versus probabilidade).

Os riscos são avaliados pelos gestores das áreas, segundo a matriz de impacto e probabilidade. A revisão das análises ocorre anualmente ou na eventualidade de acontecerem mudanças relevantes nas condições de mercado, ou na estratégia do negócio.

Risco Socioambiental e Climático

O risco socioambiental e climático está associado a possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia ocasionadas por eventos associados:

- à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;
- à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;
- ao processo de transição para uma economia de baixo carbono;
- a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Os fatores socioambientais são considerados relevantes para os negócios da Companhia, uma vez que podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazo. A Companhia realiza o acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema, assim como processo de divulgação interna de informações relevantes, visando a mitigação de riscos relevantes.

17. Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital da Companhia atua em linha com sua estratégia e seu respectivo modelo de negócios. É compatível com a natureza de suas operações, e complexidade dos seus produtos, bem como a relevância de exposição a riscos e com a importância sistêmica da Companhia. Os indicadores para o gerenciamento de capital reportados ao Banco Central devem ser apurados considerando o conglomerado prudencial ao qual a Companhia pertencente e não pela Companhia individualmente. No contexto de “Apuração dos Requerimentos Mínimos Exigidos”, são calculados os parâmetros destacados abaixo:

- Patrimônio de Referência (“PR”);
- Capital Principal;
- Patrimônio de Referência de Nível I, corresponde a soma do Capital Principal com o Capital Complementar;

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

- Ativos Ponderados pelo Risco ("RWA"), correspondente a soma das parcelas RWA^{CPAD} (risco de crédito mediante a abordagem padronizada), RWA^{MPAD} (risco de mercado mediante a abordagem padronizada), RWA^{OPAD} (risco operacional mediante abordagem padronizada) e RWA^{SP} (risco associado aos serviços de pagamento);
- Índice de Basileia (IB).

O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de basileia da Companhia:

	2025	2024
Capital Principal	886.452	-
Patrimônio de Referência Nível I	208.425	-
Excesso de Recursos Aplicado no Ativo Permanente	-	-
Patrimônio de Referência - (A)	208.425	(103.387)
Patrimônio de Referência Exigido (8%*B)	21.882	21.475
Adicional de Capital Principal	9.118	6.711
Exposição total ponderada pelo risco (RWA) - (B)	38.294	268.437
Risco de Crédito - RWA^{CPAD}	364.705	237.031
Risco Operacional - RWA^{OPAD}	NA	NA
Risco Serviço de Pagamento - RWA^{SP}	-	31.406
Risco de Mercado - RWA^{MPAD}	NA	NA
Índice de Basileia (A/B)	57,45%	(-38,5%)

Com a aprovação, pelo Banco Central, da aquisição realizada pela REAG, a partir de 31/01/2025, a Companhia passou a integrar o conglomerado da REAG TRUST. Nesse contexto, em 29/01/2025 foi realizado um aumento de capital da Companhia, que passou de R\$ 486.452 mil para R\$ 886.452 mil, sendo homologado pelo Banco Central em 26/02/2025.

18. Resultados não recorrentes

A Companhia estabelece critérios para determinação do resultado não recorrente, os quais levam em consideração a avaliação e identificação de resultados que não estejam relacionados às atividades operacionais típicas da Companhia, e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Durante o exercício de 2025, a Companhia registrou resultado não recorrente, entre os quais destacamos: (i) a baixa do ativo fiscal diferido, no montante de R\$ 161 mil, em razão da reavaliação de sua expectativa de realização frente ao novo modelo de negócios da Companhia; (ii) a constituição de provisões adicionais para fazer frente a contingências identificadas no processo de revisão dos saldos contábeis e regulatórios; e (iii) despesas administrativas e custos de transição vinculados a serviços de terceiros e atualizações monetárias do período.

19. Eventos subsequentes

Liquidação Extrajudicial da CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O Banco Central do Brasil decretou, em 15 de janeiro de 2026, a liquidação extrajudicial da CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("CBSF DTVM"). A REAG IP era participante do conglomerado prudencial tipo 3, tendo a CBSF DTVM como líder. Com a liquidação a REAG IP passa a ser conglomerado classificado como tipo 2, englobando Fundo de Investimento participante, o Fundo Reag IP Cash ("IP Cash").

Pedido de cancelamento de autorização das atividades reguladas

A administração da companhia optou por seguir com o pedido de cancelamento de autorização das atividades reguladas, procedendo com os requerimentos e procedimentos exigidos no prazo regulamentar. A intenção de seguir com o pedido foi formalizado junto ao Bacen em 26/05/2026.

A Administração declara que, até a data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes que possam impactar de forma relevante a posição patrimonial e financeira da Companhia, ou que exijam ajustes ou divulgações adicionais.